

Adusp

INFORMATIVO

Aguardamos negociação!

Mesmo correndo o risco de saturar os colegas, que muitas vezes não têm tempo sequer para ler, no ritmo adequado, os textos relacionados ao seu trabalho acadêmico, a diretoria da Adusp considera vital enfatizar a importância de termos de fato uma séria negociação de data-base.

No *Informativo Adusp* 302 apresentamos um breve histórico de quase vinte anos de negociações de data-base e as complexidades com que nos deparamos neste ano, fruto de iniciativas a nosso ver divisionistas perpetradas pelo Cruesp. O Fórum das Seis, cumprindo o que estava previsto no cronograma por ele estabelecido em 20/1, entregou a Pauta Unifi-

cada, que contém as reivindicações dos docentes, estudantes e funcionários das três universidades e do Centro Paula Souza, no dia 30/3, ao atual presidente do Cruesp (vide detalhes no *Boletim do Fórum das Seis* de 31/3).

Ficamos agora na expectativa de que a primeira reunião de negociação ocorra, de fato, entre os dias 19 e 23/4, conforme solicitação encaminhada em 12/2 (!) ao reitor da USP João Grandino Rodas, então na presidência do Cruesp, e reencaminhada ao reitor Fernando Costa, da Unicamp, em 10/3. Agora, com a Pauta entregue, certamente na próxima semana conheceremos a data dessa primeira reunião.

O Fórum das Seis, em reunião realizada logo após a entrega da Pauta, indicou os eixos centrais da campanha:

1. Reajustes iguais para servidores técnico-administrativos e docentes, tendo como horizonte os 16% de reposição salarial para todos! Essa reposição é constituída pela inflação de maio de 2009 a abril de 2010 e de parte da perda salarial acumulada, ao longo dos últimos vinte anos, em relação ao salário médio de maio de 1989, início da vinculação dos orçamentos das universidades estaduais paulistas a um percentual do ICMS do Estado definido a cada ano pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os já tradicionais, mas insuficientes, 9,57%.

2. Não criminalização dos

movimentos sociais! O Fórum das Seis condena uma prática, muito comum na sociedade brasileira, de transformar em delitos criminais ações decorrentes de deliberações de assembleias de categorias de trabalhadores em conflitos de data-base. Basta ver como o governo do Estado lida com a campanha salarial dos professores da educação básica e os processos contra estudantes e funcionários das universidades estaduais. O diálogo entre as partes é imprescindível para evitar tais situações.

3. Permanência estudantil/gratuidade ativa! Este é um eixo que tem merecido pouca atenção das administrações universitárias. Moradia e alimentação subsidiada

são duas demandas urgentes nas três universidades. O próprio reitor Rodas, ao anunciar a transferência da Reitoria de um dos blocos do Crusp para o prédio da Antiga Reitoria, reconheceu o déficit de moradia existente desde os acontecimentos de 1968. O diálogo é imprescindível para lidar com a crise na Coseas.

4. Mais recursos para a educação pública! Esperamos que neste ano, finalmente, o Cruesp se junte à reivindicação de mais recursos para as universidades e para a educação básica, quando a Assembleia Legislativa estiver votando a LDO.

Em síntese: dialogar é preciso... Estamos aguardando que o Cruesp se manifeste.

Pauta foi entregue ao Cruesp em 30/3

A pauta de reivindicações do Fórum das Seis foi entregue na manhã de 30/3 ao representante do Cruesp, professor José Ranali, chefe de gabinete do reitor Fernando Costa, da Unicamp. Aos representantes do Fórum foi explicado que o reitor Costa, que assumiu a presidência do Cruesp há dias, não poderia recebê-los porque estava preparando reunião do Conselho Universitário da Unicamp, que ocorreu na mesma data.

Ao entregar a pauta, o professor Antonio Luis de Andrade, coordenador do Fórum, comunicou ao Cruesp que as entidades representativas desejam iniciar a negociação da data-base na semana de 19/4. Também reiterou a determinação do Fórum de dis-

cutir a extensão, aos funcionários, do reajuste de 6% concedido aos docentes.

O professor Ranali, em resposta, informou à delegação do Fórum que o Cruesp planeja começar a negociação somente em maio. Diante dessa informação, os representantes do Fórum solicitaram que seja transmitida aos reitores a "insistência" quanto à necessidade de iniciar as rodadas de negociação na semana de 19/4, visto que há uma extensa pauta a ser discutida entre as partes.

Manifestaram ao professor Ranali, ainda, sua insatisfação com a maneira absolutamente inadequada como o Cruesp vem conduzindo o relacionamento com o Fórum. O Cruesp tem deixado de responder

aos ofícios que recebe; e não tem enviado as planilhas de acompanhamento do ICMS. "Ora, essas planilhas são um fruto da negociação entre Fórum e Cruesp desde a década de 1990. Elas não pertencem ao Cruesp", explica o professor Francisco Miraglia, um dos negociadores do Fórum.

"O nível de cordialidade precisa aumentar", acrescenta o professor. "O Cruesp não nos informou sequer da mudança na presidência". Os representantes do Fórum disseram ao professor Ranali que sabem das dificuldades de relacionamento entre a Secretaria da Fazenda e as universidades, mas assinalaram que elas não impedem a realização de reuniões da comissão técnica.

SARAU da DATA-BASE

A diretoria da Adusp decidiu começar a campanha deste ano com um sarau. As diretorias do DCE e do Sintusp foram convidadas para, juntamente com a diretoria da Adusp, decodificar as reivindicações de data-base aos docentes que atenderem ao convite abaixo.



SARAU DA DATA-BASE

Dia 9 de abril, sexta-feira,
a partir das 17 horas, na sede da Adusp.

Será servido um coquetel de data-base.

Istvan Jancsó, mais um guerreiro que parte

Daniel Garcia

Solicitamos à professora Zilda Iokoi (FFLCH) um depoimento sobre o professor Istvan Jancsó (IEB), falecido em 23/3. Por muitos anos, Istvan e Zilda foram colegas no Departamento de História, antes que ele assumisse a direção do Instituto de Estudos Brasileiros. O depoimento da professora:

“Seria muito triste, neste momento de perda, não perceber que o homem seguro de suas idéias e princípios, que formou multidões de alunos, pudesse ser lembrado, como se a morte física fizesse desaparecer todo o construto cultural, político e afetivo que deixou. Suas raízes estão firmes no chão da terra, no imaginário de todos nós e no sentimento de que a aventura vivida e compartilhada pelos próximos e distantes produzirá novas possibilidades de enfrentamento da vida cotidiana, mesclada pelas singularidades de suas idéias e a clareza de apresentá-las nos debates públicos. Elas percorrem todo o território nacional em que esteve presente ao longo dos anos em que atuou no Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, antes na

Federal da Bahia ou como executivo na 3M, em momentos difíceis de nossa história política.

São muitos os lugares em que esteve. Em cada um deles plantou projetos de grande envergadura. Foi sempre amoroso no debate, firme na argumentação, e fazia com que os interlocutores, sempre qualificados, pudessem ouvir e divergir sem que isso provocasse rupturas pessoais.

Grande anfitrião, gostava de receber para comer as delícias húngaras que fazia com apoio da mãe e bebericar longamente refletindo sobre o que fazer para criar um ambiente menos burocrático, que permitisse um viver libertário para todos. Também costumava, no inverno, receber os colegas em sua sala para um chá ou um destilado, acompanhado do cigarro Gitanes.

Concedeu a Murilo Leal um longo depoimento sobre as estratégias que implementou na multinacional em que dirigia o setor de recursos humanos para a formação da comissão de fábrica nos meados dos setenta do século XX. Esteve presente nos encontros dos trabalhadores mobilizados nas lutas contra a ditadura e nas

campanhas de rua daquele período.

Sorriso largo, chegava sempre muito cedo e saía do trabalho quando seus alunos assim o permitissem, especialmente porque gostava de ouvir suas idéias, questões e considerações sobre temas de suas inquietações históricas, políticas e pessoais.

Entusiasmo

Deixou o Departamento, transferindo-se ao Instituto de Estudos Brasileiros, onde agregou-se ao projeto de transferência de parte da Biblioteca Mindlin à USP. Neste trabalho que o encantou dedicou parte importante de suas energias e entusiasmo.

Nos últimos anos, desconcertou-se com o rumo das polaridades no enfrentamento das dificuldades da área de humanas na USP, solidariizou-se com as lutas dos trabalhadores no campus universitário, debateu com os estudantes e professores sobre o paredismo sem mediação, mas em hipótese alguma colocou-se individualmente contra as decisões coletivas que culminaram em momentos de impasse perigosos para a sobrevivência da instituição universitária.

Em 2007, teve papel im-



Professor Istvan Jancsó em assembléia (23/5/2007)

portante na comissão mediadora do processo de ocupação da Reitoria, e junto com João Adolfo Hansen, Paulo Arantes, Chico de Oliveira e Luis Renato Martins conseguiu um acordo final positivo, num momento em que os conflitos entre os diferentes grupos de estudantes, funcionários e Reitoria apontavam para uma desagregação sem precedentes.

A mim, em particular, dedicou amizade e apoio nos mo-

mentos mais difíceis de minha trajetória na universidade, ladeando-me quando de conflitos com estudantes, oferecendo apoio e solidariedade quando atacada pela mídia, ou ainda quando fui submetida às duas últimas cirurgias. Com ele pude divergir, compartilhar, viver momentos pessoais e trocar afetos respeitosos profundos. Ele representa mais um guerreiro que tombou, tornando a luta mais penosa e triste.”

Gatilho: juiz despacha e pede nova manifestação da Adusp

Nova manifestação do juiz encarregado da ação do gatilho foi publicada no Diário Oficial em 30/3. A Adusp havia pedido a execução da sentença para a lista incontroversa e solicitado que a discussão continue, em apartado, sobre os demais docentes que entendemos beneficiários, mas a USP não. Esta já havia respondido ao juiz em novembro de 2009 concordando com esses procedimentos, mas reiterando seu questionamento quanto à in-

corporação dos 32,96% (incluindo atrasados).

Agora, o juiz pede (de novo!) que nos manifestemos. Nossa resposta está pronta e será protocolada em 5/4. Insiste no cumprimento integral da sentença para a lista incontroversa.

A USP deverá entregar ao juiz a listagem oficial dos docentes beneficiários, bem como as informações relativas a seus salários. O juiz ainda não definiu o prazo. Como já infor-

mamos, recebemos um CD com parte desses dados e, após análise, solicitamos à Reitoria esclarecimentos e correções. Recebemos a resposta de que os erros serão corrigidos.

Como as informações disponibilizadas pela USP no CD se referem apenas ao ano de 1987, para o cálculo dos 32,96% retroativos serão necessários os demonstrativos de pagamento desde aquela época até hoje. Mas para aplicar já os 32,96% no salário dos benefi-

ciários incontroversos a tarefa é mais simples. Basta a USP querer ou, como parece será o caso, o juiz intimá-la a fazer. Aliás, a solicitação ao juiz para que a USP cumpra a obrigação de fazer está presente em todas as nossas manifestações.

Cálculos

Estamos em vias de fechar um contrato com um escritório contábil que irá realizar o cálculo do montante devido a cada beneficiário. O custo será

pagó pela Adusp e será rateado no momento em que os docentes efetivamente receberem os pagamentos da ação.

No primeiro encontro com Rodas, a Adusp reiterou a demanda de agilizar a ação do gatilho e ele se manifestou na mesma direção. É chegado o momento de a Reitoria detalhar os rumos que pretende seguir no caso. Solicitamos reunião com o reitor para a semana de 5/4. Terá fim este longo e desgastante processo?

Direito deve recuperar biblioteca, recomenda MPF

Após realizar, em 24/3, vistoria na Faculdade de Direito, a procuradora da República Ana Cristina Bandeira Lins encaminhou no dia seguinte ao diretor da unidade, professor Antonio Carlos Magalhães, uma série de recomendações que deverão ser cumpridas no prazo de 30 dias, com vistas a reverter o quadro criado com a transferência repentina do acervo da biblioteca, realizada sem a devida preparação e por pessoal não especializado, nas vésperas da posse do então diretor, professor João Grandino Rodas, na Reitoria da USP.

A procuradora, responsável pela tutela do patrimô-

nio histórico e cultural no Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo, levou em conta que “a direção desta Universidade decidiu realizar mudança de parte do acervo, de cerca de 160 mil volumes, para prédio separado, o qual não estava pronto para receber todo este material, sob justificativa de necessidade de instalação de novas salas de aula”, porém “em grande parte do espaço de onde foram retirados os livros não foram instaladas salas de aula, o que confronta com a justificativa fornecida”.

Além disso, considerou que a mudança, “ocorrida durante o fim de semana e

feriado de 25/1/2010 se deu sem a participação dos funcionários das bibliotecas” e “sem que as caixas fossem identificadas por prateleiras, mas apenas por sala de origem, causando um enorme trabalho para a sua abertura e acondicionamento no novo local”; que “as caixas utilizadas não são apropriadas para o material que transportavam”; e que “os volumes foram acondicionados internamente nas caixas sem qualquer cuidado com a sua preservação, ocasionando danos visíveis em volumes constantes de caixas entreabertas”. Assinalou também “o evidente despreparo da empresa

contratada para a realização da mudança”.

“Urgência”

Ana Cristina recomendou ao diretor que “proceda imediatamente ao desempilhamento e abertura de todas as caixas atualmente empilhadas no novo prédio”; que, “na falta de espaço para o desempilhamento naquele local, que as caixas excedentes retornem imediatamente às salas de onde foram retiradas e que continuem por ora vazias”; e que “se dê o mesmo regime de urgência para a desembalagem e organização dos livros que foi dada para sua mudança, com contratação de pessoal, traba-

lho em final de semana e o que mais for necessário”.

A procuradora pede que lhe sejam prestadas, em 10 dias, informações sobre as providências destinadas a fazer “cessar o estado de periclitado dos livros transferidos e a impossibilidade de sua consulta pelo público”. O não cumprimento dos termos da recomendação, adverte Ana Cristina, “ensejará a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais” que o MPF entender necessárias.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, o diretor da Faculdade de Direito não se manifestou até o fechamento desta edição.

Funcionários realizam primeiro ato da campanha salarial

Os funcionários técnico-administrativos da USP realizaram, em 30/3, paralisação e uma passeata, que contaram com a presença de centenas de manifestantes e marcaram o início da campanha salarial de 2010. A principal reivindicação dos funcionários neste momento é a isonomia com relação ao reajuste de 6% concedido pelo Cruesp aos docentes, questão que segundo eles deve ser debatida antes do início das discussões da data-base.

Organizado pelo Sintusp, o protesto começou com uma caminhada do prédio da História até o Portão 1, onde os manifestantes pararam por alguns minutos para fazer falas de protesto, voltando em

seguida para a frente da Reitoria. Do carro de som, Magno de Carvalho, dirigente do sindicato, afirmou que este ato é apenas o início de uma jornada de luta. “Estamos apenas começando, rumo à greve por tempo indeterminado com ocupações”, disse ele, reiterando posição deliberada em assembleia da categoria. “Esse reitor diz que não quer conflitos, mas declarou guerra aos trabalhadores ao diferenciar professores e funcionários. E se é guerra que ele quer, ele vai ter”.

Reunião

Uma comissão de representantes foi recebida por Rodas e cobrou o agendamento de reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis

para tratar da extensão do reajuste. Como resultado, o reitor encaminhou ofício ao atual presidente do Cruesp, o reitor da Unicamp, solicitando que tal reunião seja realizada: “Tomo a liberdade de reiterar, por escrito, o pedido que me foi transmitido por lideranças de servidores técnico-administrativos e de docentes, no sentido de que V. Exa. se digne marcar reunião do Cruesp, até 19 de abril próximo, sobre a possibilidade de extensão aos primeiros da reestruturação da carreira concedida aos segundos, em início de março do corrente ano”, afirma Rodas no documento. “De minha parte, sou favorável a que a referida reunião seja fixada”, conclui.

Coseas segue ocupada. Rodas ataca estudantes em artigo

Estudantes ocupam desde 18/3 dependências da Coordenadoria de Assistência Social da USP (Coseas), no bloco G do conjunto residencial (Crusp), em protesto por mais vagas de moradia estudantil, contra expulsões arbitrárias de moradores e pela autonomia dos estudantes nos espaços de moradia e nos processos seletivos dos programas de permanência. A Reitoria entrou com pedido de reintegração de posse no mesmo dia. Em 28/3, o reitor Grandino Rodas atacou os estudantes em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*.

Uma estudante que prefere não se identificar informa que a pauta de reivindicações do movimento foi protocolada na Reitoria em 24/3. Ainda segundo ela, até 30/3 não houve resposta. Os alunos também encaminharam carta à Coseas apresentando disposição de devolver quaisquer documentos e objetos pessoais

de funcionários que estejam dentro do prédio.

No artigo “USP, *quousque tandem?*”, Rodas acusa o movimento de ocupação de agir violentamente e por razões ideológicas. “O diálogo para ele é uma coisa abstrata, é palavra vazia. Isso fica claro quando ele termina o texto sugerindo o uso de força policial”, rebate a estudante.

Os professores João Zanetic e Marcelo Pompêo, representando a Adusp, reuniram-se com Rodas em 30/3. Zanetic, que solicitou a reunião, manifestou ao reitor suas críticas ao conteúdo do artigo, o qual, na sua opinião, joga a população contra a universidade. A Adusp criticou a falta de diálogo da Reitoria com os moradores do Crusp, contestou a alegada violência da ocupação e o modo como são apresentados, no artigo, os dados de gastos com permanência estudantil, sem a necessária contextualização.

Novos debates devem aprofundar o tema, dizem professores

Que impressões deixou entre os docentes o debate promovido pela Adusp em 11/3, “Produtivismo: a que veio? A quem serve?”, reunindo o presidente da Capes, Jorge Guimarães, o representante da Fapesp, Luis Henrique Lopes, e os professores Yaro Burian Jr., Eunice Durham e Lucídio Bianchetti (Informativo Adusp 302)? Pedimos a alguns colegas que avaliassem a iniciativa, levando em conta o teor das discussões travadas no auditório da História.

“O debate teve o mérito de reunir docentes e gestores de agências financiadoras. Resta ver se estes últimos começam a fazer a lição de casa. Esperemos que o modelo possa mudar em breve, em função de debates como este”, diz o professor Ademar Ferreira (EP). “O pesquisador tem que ser capaz de encontrar na própria pesquisa que faz a motivação para a busca incessante e a eventual criação de algo novo, e partilhar tal experiência com seus alunos. Não pode ser pautado por agências de fomento a exigir-lhe continuamente produtividade em forma de publicações”.

A professora Lucília Borsari (IME) considera que o debate “cumpru o papel de trazer à discussão pública um tema que nos assombra cotidianamente”. Graças a ele, pôde observar “a fragilidade dos argumentos” de colegas que estão, ou estiveram, à frente das instituições de fomento, em sua defesa da avaliação “meramente quantitativa” do trabalho acadêmico: “Confesso que, em alguns momentos, vivenciei a sensação de constrangimento ao ver nosso trabalho sendo resumido a mero produto. Por outro lado, constatei a força de instruti-

vos exemplos e histórias que denunciam os muitos desvirtuamentos que a quantificação gera no trabalho e nas relações universitárias”.

Ao mesmo tempo, pondera Lucília, a mesa redonda não foi inteiramente satisfatória: “Frustrou-me um pouco não ver abordadas de modo mais completo as indagações propostas, ou seja: a que veio e a quem serve essa perspectiva produtivista? Talvez a continuidade desse debate possa nos ajudar a encontrar respostas”. Preocupação semelhante foi apontada pelo professor Marcos Barbosa (FE): “É animador que a Adusp esteja promovendo este debate, mas também precisaria haver uma discussão mais aprofundada, que trouxesse o histórico do problema”.

Já a professora Marie Claire Sekkel (IP) deixou o local com o sentimento, “algo desolador”, de que o debate “não foi uma boa experiência no sentido de instigar boas questões”, tendo em vista alguns comentários de debatedores, como “saudosismo” e “choradeira”, os quais na sua opinião depreciam a crítica. “São termos que desqualificam o interlocutor”, frisa ela. A “rebarba positiva” em meio a essa impressão desanimadora veio posteriormente, quando leu um dos textos recomendados por Bianchetti.

Indagações

O professor Barbosa comenta a ênfase dada pelo professor Luis H. dos Santos, representante da Fapesp, à avaliação por pares. Ele disse que não pôde permanecer até o final do debate, do contrário teria encaminhado duas indagações ao professor: 1) quem, ou qual instituição ou órgão, deve de-

signar a pessoa que vai distribuir o projeto entre os pareceristas, já que essa pessoa termina por concentrar um poder muito grande em suas mãos; 2) a má qualidade de alguns pareceres sugere que determinados pareceristas, pressionados para produzir seus próprios trabalhos acadêmicos, dedicam pouco tempo à avaliação dos projetos que lhe são confiados pela Fapesp (“um projeto de orientando que encaminhei recebeu parecer vergonhoso; protestamos e foi refeito”).

Barbosa informa que pretende assistir ao vídeo do debate, disponível na página eletrônica www.adusp.org.br, para ouvir detidamente as declarações da professora Eunice Durham. “Fiquei com a impressão de que ela estaria desvalorizando a avaliação qualitativa por pares. Mas é o que deveria ser mais valorizado, em vez dessa avaliação quantitativa”, opina o professor.

A professora aposentada Judith Klotzel (ICB), ex-presidente da Adusp (1985-1987), considera muito positiva a iniciativa da entidade: “Foram vários depoimentos importantíssimos”. Ela destaca a denúncia da professora Eunice quanto a “pessoas que assinam todos os trabalhos em seu departamento, sem que tenham contribuído”.

Judith também se declara “muito preocupada com a posição da Capes”, pois está “completamente baseada em princípios terríveis e que acabam comprometendo completamente a qualidade e a finalidade da pós-graduação”.

Marie Claire vai além, avaliando como “esmagadora” a fala do professor Jorge Guimarães, “em vários sentidos”. No entender da professora do IP, a Capes enxerga os docentes como “um produto entre os produtos”. Em outras palavras: “Somos os produtos que produzem”, define ela, que notou no discurs-

so do presidente da Capes “um tom de impermeabilidade ao diálogo”.

O professor Ferreira segue a mesma linha de raciocínio: “Entendo por produtivismo o modelo de promoção e avaliação da pesquisa científica e formação de pessoal que privilegia a métrica de desempenho pelo número de papers publicados anualmente. Tal modelo, difundido no Brasil e no mundo a partir dos anos 1990, introduz enorme distorção no processo da pesquisa científica, produzindo efeitos danosos aos docentes e à própria atividade de pesquisa. Pesquisar para publicar, sob pena de não mais ter acesso a financiamento e alunos, é frustrante e contraproducente”, critica. “Os jovens pesquisadores deveriam ser formados em ambiente mais livre, sem o peso, às vezes desumano, de produzir papers em processo de extrema competitividade”.

Apesar das agressões da PM, greve continua

Dezenas de professores da rede estadual de ensino ficaram feridos após repressão policial durante ato realizado nas imediações do Palácio dos Bandeirantes, em 26/3. Segundo as entidades representativas da categoria, compareceram ao protesto cerca de 40 mil pessoas, ou 5 mil de acordo com a Polícia Militar (PM). Uma comissão de representantes foi recebida pelos secretários adjuntos da Casa Civil e da Educação, que propuseram que a negociação seja realizada apenas com o fim da greve. Os professores decidiram manter a paralisação, cuja principal reivindicação é a reposição salarial de 34,3%.

O governo estadual tentou inviabilizar a assembleia, realizando bloqueios policiais nas rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares e na Marginal Tietê, barrando ônibus que traziam professores do interior. Os professores dirigiam-se ao Palácio dos Bandeirantes quando foram impedidos de prosseguir por barreiras de policiais. A PM usou spray de pimenta, bombas de efeito moral, gás lacrimogênio e balas de borracha contra a categoria.

Foi relatada a presença de policiais à paisana infiltrados entre os manifestantes. Um deles teria tentado in-

cendiar um carro para incriminar os professores, segundo relato jornalístico publicado no Portal da CUT. Outro foi fotografado ao carregar uma colega fardada ferida, imagem reproduzida em diversas mídias.

No dia 31/3, um caminhão de som que seria usado em assembleia prevista para acontecer no vão livre do Masp foi apreendido pela PM. Os professores então saíram em passeata até a Praça da República, onde novo carro de som os aguardava, possibilitando a realização da assembleia. Foi aprovada novamente a continuidade da greve.